



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 22/2009** -----

-----Aos quinze dias do mês de Setembro do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Mário Américo Franco Alves, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Dras. Elsa Maria Lopes Correia, Maria de Fátima Gonçalves Antunes, Coronel Albano José Ribeiro de Almeida e Dr. José Francisco Tavares Rolo.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. João Manuel Nunes Mendes. -----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificada a falta da Sra. Vereadora Maria José Freixinho, à presente reunião. -----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 14 de Setembro de 2009 cujo saldo disponível em receita orçamental é de **624.401,01 € (Seiscentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e um euros e um cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**1 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**1.1 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR ALBANO ALMEIDA**-----

-----**1.1.1 – INICIO DO ANO LECTIVO 2009/2010**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida referiu-se ao início do novo Ano Lectivo 2009/2010, questionando o Sr. Presidente se a Câmara Municipal organizou, ou não, alguma sessão de boas vindas aos Professores que foram colocados nas escolas do concelho de Oliveira do Hospital. Mais referiu considerar importante que este tipo de sessões se realize no início de cada ano lectivo, proporcionando àqueles profissionais o convívio e a oportunidade de ficarem a conhecer melhor o concelho onde foram integrados. -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu entender que a Câmara Municipal não tem, nem deve fazer qualquer tipo de recepção aos professores, considerando o momento político que se vive. Mais afirmou que “se isso acontecesse teria sempre as leituras que todos nós sabemos”. Deu conta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

de que foram feitas recepções pelos respectivos Directores das Escolas, que com o apoio logístico da autarquia distribuíram por todos os docentes alguns roteiros e folhetos turísticos alusivos ao concelho de Oliveira do Hospital. Referiu, igualmente, que alguns Agrupamentos de Escolas solicitaram ainda à Câmara Municipal transporte para poderem realizar uma visita guiada pelo concelho no sentido de dar a conhecer a área de actuação de cada um dos Agrupamentos a todos os professores colocados recentemente. Prosseguiu referindo que a Câmara Municipal facultou todos esses elementos às Escolas para que efectivamente os seus Directores pudessem dar a conhecer aos docentes o concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----**1.1.2 – RECOLHA DE ÓLEOS ALIMENTARES**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida questionou ainda o Sr. Presidente da Câmara relativamente à forma como tem estado a processar-se a recolha de óleos usados, por considerar tratar-se de uma medida ecológica muito positiva para o concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----O Sr. Presidente deu conta de que há uma empresa responsável pela recolha dos óleos alimentares depositados nos óleões distribuídos pela cidade de Oliveira do Hospital, desconhecendo a existência de qualquer queixa neste domínio.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador Albano Almeida referiu ter já conhecimento de que existe uma empresa que é responsável pela recolha dos óleos alimentares depositados nos respectivos óleões distribuídos pela cidade de Oliveira do Hospital. Referiu que “parece-me que esses óleões não estão difundidos em número suficiente para se conhecerem”, pelo que entende que a sua distribuição é deficiente e não chega para as necessidades de todo o concelho. -----

-----**1.1.3 – QREN - CONGRATULAÇÃO**-----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida congratulou-se pelo facto de duas instituições do concelho de Oliveira do Hospital, a Santa Casa da Misericórdia de Galizes e a ARCIAL, terem sido contempladas pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN, com um financiamento de cerca de um milhão e duzentos mil euros, destinados à execução de dois projectos de carácter social, a construção do novo lar da Santa Casa da Misericórdia de Galizes e a construção de duas Unidades Residenciais Autónomas anexas ao novo Centro de Actividades Ocupacionais da ARCIAL. -----

-----O Sr. Presidente referiu que o QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional serve precisamente para apoiar a criação de estruturas que dêem resposta aos problemas sociais de acessibilidade e de outro tipo de infra-estruturas, nomeadamente no domínio do saneamento e da água, das acessibilidades, da educação, da cultura, do desporto ou do apoio ao sector empresarial, entre outros. Salientou ainda que “foi para esse efeito que o QREN foi negociado”, pelo que entende que “não estão a dar nada a ninguém, mas sim a transferir aquilo que devem para as instituições pois como sabemos, nesta área, foi dada prioridade ao apoio à deficiência”. Sublinhou ainda que “é por isso que não é nenhuma novidade para nós que tenha sido aprovado o projecto da Santa Casa da Misericórdia, porque talvez no distrito não exista outro igual, e o da ARCIAL para as denominadas Unidades Residências Autónomas”. -----

-----O Sr. Vereador Albano Almeida reconhece de que efectivamente a missão do QREN é apoiar, congratulando-se no entanto porque dentro dessa missão foram escolhidas duas organizações sociais do concelho de Oliveira do Hospital. Salientou ainda que é um subsídio substancial que vai tornar viável e possível a concretização dos referidos projectos. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**1.2 – INTERVENÇÃO DO SR. VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO -----**

**-----1.2.1 – ACESSIBILIDADES AO CONCELHO E À REGIÃO -----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo congratulou-se pelo lançamento dos concursos públicos da rede de acessibilidades à região, o IC6, o IC7 e o IC37, sublinhando que “várias vezes debatemos aqui esta questão, várias vezes antagonizámos sobre o processo que conduziu a este momento. Queria manifestar a minha congratulação pelo lançamento destas três vias estruturantes que vão recentrar Oliveira do Hospital, quer na ligação à Beira Baixa, Beira Interior, quer na ligação a Viseu, quer na ligação a Fornos de Algodres, fronteira de Vilar Formoso”, Mais referiu “acho que é um passo importante para o desencravamento do concelho e da região. É um momento marcante. Acho que a responsabilidade política perante o interior obrigava ao lançamento destas três vias estruturantes. Estando nós a viver um momento de viragem em termos de uma revolução pacífica no âmbito das acessibilidades, acho que devo manifestar a minha satisfação, quer como munícipe, quer como político em funções temporárias, quer como apaixonado pelo bem-estar e desenvolvimento da minha região.” -----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente referiu que “lamento é que seja utilizado o momento pré eleitoral para anunciar este tipo de actos. E refiro, e reforço a expressão “anunciar”, porque é disso que se trata para já. É um anúncio de conveniência política face ao momento político que nós estamos a viver. E acho que enquanto nós tivermos governantes, sejam estes, ou outros, que aproveitem estes momentos para andar a fazer anúncios do que quer que seja, do que devia ter sido feito em devido tempo, de forma serena e tranquila como mandam as regras, é negativo. Porque deixa sempre aquela questão no ar “Porquê agora?”-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que, independentemente da intervenção do Sr. Presidente sobre o assunto, “eu mantenho o voto de congratulação uma vez que vivemos um momento histórico de viragem. Para além das apreciações políticas que podem fazer”.-----

**-----1.2.2 – CANDIDATURA EFECTUADA PELO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL AO QREN PARA A CRIAÇÃO DE INSTALAÇÕES DA ESTGOH, REABILITANDO O ANTIGO ESPAÇO DA ACIBEIRA NO CENTRO DE NEGÓCIOS EM LAGARES DA BEIRA -----**

-----Sobre o assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “é por mais evidente que o Sr. Presidente da Câmara omitiu a informação deliberadamente a este executivo. Não percebo porque é que o fez. Candidatou um projecto no ano de 2008, nada nos disse, se calhar todos teríamos interesse em participar na responsabilidade dessa candidatura. Entendeu não dar conhecimento à Câmara Municipal, eu lamento e protesto por isso. Agora, há uma situação que eu acho que é grave politicamente, e que tem a ver com o facto de eu, em Maio passado ter feito aqui um requerimento solicitando informação sobre todos os projectos que o Município de Oliveira do Hospital, isoladamente ou em parceria tinha candidatado a Programas Nacionais ou Comunitários. Foi-me feito chegar uma listagem a partir do documento de Prestação de Contas e foi omitida a candidatura das instalações da ESTGOH. Eu não percebo a que é que se deve essa omissão. O que é que havia para esconder. Muitas vezes dá-se aqui informação nas reuniões do executivo de simples candidaturas para Cursos de Formação para Funcionários ou para Sistema de Qualidade dos Serviços e com uma candidatura desta envergadura, com esta responsabilidade e com o peso que tem em termos do desenvolvimento da Escola, quer em termos do desenvolvimento do concelho, é omitida à oposição no executivo. Acho que foi uma omissão grave. Relativamente à candidatura, eu



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

pretendo conhecer o processo de candidatura, gostava de ter acesso a ele, desejava consultar a candidatura efectuada, conhecer a sua fundamentação e os seus objectivos e gostava também de conhecer o parecer final que fundamenta a decisão final relativa á apreciação deste processo.” Prosseguiu referindo que “veio também a público que continua um velho problema com as instalações da ACIBEIRA e que é a questão do direito de superfície sobre aquele espaço. E essa situação é referida pelo Sr. Presidente da Caixa de Crédito Agrícola da Beira Centro como ainda não estando resolvida entre a Câmara e neste caso a Caixa Central. Acontece que é referido que “a Câmara teria ficado incumbida de pedir um parecer jurídico a um Jurista” e, ao que parece, esse parecer ainda não apareceu nem esclarece a situação. Mas mais grave ainda, é que desde o anterior mandato eu, por várias vezes, aqui pedi informações e pedi que fosse solicitado um parecer ao Sr. Dr. Diamantino, um Jurista de Coimbra especialista em Direito Administrativo. Várias vezes o requeri aqui, e o Sr. Presidente da Câmara várias vezes disse aqui que já havia solicitado ao Dr. Diamantino esse parecer mas que, por razões profissionais este, não tinha tido tempo para o produzir. Agora, a verdade é que esta questão de direito de superfície se arrasta pelo menos desde o momento do desaparecimento da ACIBEIRA, e desde o anterior mandato, eu supunha que esta questão já estivesse esclarecida e devidamente fundamentada, e não chegarmos a Setembro de 2009 e ainda continuarmos aqui a dirimir razões sobre quem tem o Direito de Superfície e como é que se pode sustentar uma candidatura do Município ou de outra entidade sobre aquele espaço. Creio que os responsáveis por este processo andaram mal, procederam mal, e o projecto teve o desfecho que teve.” - -----

-----No que diz respeito ao processo da ACIBEIRA, o Sr. Presidente referiu o seguinte: “que pena é que alguns agentes económicos em determinados momentos se transformem em agentes políticos. E quero-me referir aqui concretamente, e de forma clara e objectiva, ao Presidente da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Serra. É pena que alguns agentes económicos em determinados momentos se transformem em agentes políticos, e não digam tudo. Ou seja, não digam aquilo que é a verdade dos factos. E isto é lamentável. Mas registo a posição da pessoa, e naturalmente em contactos futuros, terei que ter os cuidados necessários e suficientes a lidar objectivamente com as situações”. Prosseguiu esclarecendo que “aquilo que se passa relativamente a esta questão foi que, a Caixa Central não resolveu o problema que lhe foi colocado, clara e objectivamente. A negociação estava feita com a Caixa Central, sendo que no entanto o problema fundamental não ficou resolvido, e enquanto não o resolver e eu for Presidente da Câmara, não há negócio consumado. É tão claro como isso! E não vou ser eu que vou dizer qual era a questão. As pessoas que deram essa informação que digam qual é a essência do problema relativamente a essa matéria”. Sobre a intenção de candidatura referiu que, tal como já havia dito na última reunião de Câmara “o executivo procurou esgotar todas as possibilidades no que diz respeito à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital”. Mais referiu que “ficou claro e objectivo de que o Governo não quer fazer as novas instalações da Escola, e essa é uma ilação a tirar. É uma ilação clara e objectiva - este Governo não quis fazer a Escola Superior de Tecnologia e Gestão em Oliveira do Hospital. Até porque havia um “acordo” de parceiros entre a Câmara, o Politécnico e a CCDRC, a qual deu parecer favorável ao exigido num dos processos de candidatura, e requerida a emissão de parecer idêntico à entidade competente na área - o Ministério da Ciência e do Ensino Superior, o mesmo não emitiu qualquer parecer em tempo útil em relação àquela matéria. E daí a não aprovação da candidatura. Referiu igualmente que disse também aqui na última reunião que “dado tratar-se de uma matéria, algo melindrosa, procurámos fazê-lo de uma forma diferente, sendo certo que o Executivo e a Assembleia Municipal teriam sempre que se pronunciar, porque isto implicava a aprovação de uma revisão ao Plano e ao Orçamento”. Esclareceu ainda que “esta matéria foi tratada de forma cautelosa para que, se existissem condições de poder avançar,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

cumprindo todas as regras que devem ser cumpridas objectivamente em democracia, e nomeadamente no que diz respeito ao funcionamento de Órgãos Colegiais, como é o caso da Câmara Municipal”. Por esta razão entende que “não é preciso parecer de um jurista, porque o problema estava, todo ele, devidamente equacionado. O problema estava, todo ele, estruturado no sentido de poder ser resolvido”.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “obviamente que vai ao encontro do seu estilo político habitual, de alguma truculência, de muita truculência em muitos momentos, dizer que “este Governo não quer é a ESTGOH em Oliveira do Hospital”, salientando que “se não quisesse a ESTGOH em Oliveira do Hospital, não teria aprovado um novo Curso para a Escola, naturalmente. Eu acho que, ao particularizar neste Governo, quis fazer um ataque político, e pode fazê-lo porque o Sr. Presidente da Câmara é um agente político, e é também um agente partidário e fez um ataque a este Governo. Mas, eu quero relembrar-lhe, houve um ano em que o Município de Oliveira do Hospital adquiriu o terreno onde vai ser instalada a ESTGOH, e esse terreno tem determinadas características, e determinado enquadramento em termos de PDM. Terreno esse, que como tema foi levado à Assembleia Municipal e a proposta inicial foi para aquisição de um terreno para as futuras instalações da ESTGOH. E foi a bancada do PSD, que o senhor representa ao mais alto nível no concelho que disse que o terreno era para a ESTGOH ou poderia ser para outra função. E nessa mesma Assembleia Municipal, por proposta do PSD, introduziu-se uma cláusula, no documento legal, que o terreno que inicialmente era exclusivamente para as instalações da ESTGOH passou a ser para as futuras instalações da ESTGOH ou para qualquer outra função. E foi o PSD que abriu outra possibilidade para aquele terreno. E dizer também que o terreno existe, é verdade, e foi comprado pelo Município. Este Governo, é verdade que ainda não construiu lá as instalações, mas o anterior Governo do PSD, também não as construiu lá. E que eu saiba, o terreno foi comprado no tempo do Governo PSD, e também não foi o Governo PSD que lá construiu as instalações. Eu, porque são as minhas características, acredito que a solução para a Escola foi aquela que foi referida no colóquio “ESTGOH que Futuro?”, que passa pelo entendimento e pelo diálogo entre o Ministério da Ciência e do Ensino Superior, o Instituto Politécnico de Coimbra e a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Passa por este triângulo virtuoso, como foi designado, a solução para a Escola. Eu acredito sinceramente nisso. Como fonte de financiamento entre verbas em PIDDAC, ou o acesso ao QREN, que estará em execução como todos sabem até ao ano de 2015, ou que até poderá ser prorrogado o seu prazo de execução, com aprovações até ao ano de 2018, há condições para solucionar as instalações da Escola. A Escola com mais alunos, com mais um curso, com mais capacidade de recrutamento na região, que lhe dá sustentabilidade do ponto de vista da população estudantil, com uma boa negociação com concertação de esforços entre estes três parceiros que são os três pilares fundamentais da Escola, enquanto instituição de ensino, acho que é possível concretizar esse desejado equipamento. Que é uma Escola com condições para acolher o projecto educativo da ESTGOH para acolher mais alunos e para garantir a continuidade da Escola. Porque, naturalmente que há outras, até bem perto que têm boas instalações mas que têm vindo a perder alunos. Ou seja, a prazo poderão vir a colocar em causa o próprio funcionamento educativo destas escolas que têm também uma função de Escola Superior”.-----

-----O Sr. Presidente referiu que “se eu tivesse o tal estilo truculento, teria, em tempo oportuno, utilizado esta questão para bater politicamente em quem de direito”, esclarecendo que “quem trouxe isto à discussão pública, não foi o Presidente da Câmara. O Presidente da Câmara tem baseado a sua actuação em responder a questões que têm sido levantadas relativamente a esta matéria. Portanto, se eu tivesse o tal estilo truculento, teria feito o aproveitamento político necessário e teria “batido e bem batido” em quem de direito. E mais “mas o que se passa com o Governo do PS. O Sr.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Primeiro-Ministro vai a um debate e só quer falar naquilo que se passou há cinco anos atrás, não está interessado em falar naquilo que se passa hoje no país. Ou seja, aquilo por que ele vai ser julgado e o seu Governo. E parece-me que o Senhor Vereador está interessado em falar naquilo que se passou há cinco anos atrás. Ou seja, como se diz e muito bem “uma política que hoje é boa, amanhã pode ser má”. As políticas têm de ser ajustadas àquilo que é a evolução da sociedade”. Disse ainda que “eu acho que não fica bem seja a quem for tentar justificar aquilo que hoje está a fazer com aquilo que é algo do passado. Porque as políticas têm de ser ajustadas à evolução social”.

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “muito sinceramente, nunca podemos ter medo de fazer, nem balanços, nem de fazer comparações entre este e qualquer Governo. Isto é um devir”. -----

-----**1.2.3 – ESCOLA DO 1º CEB DE SENHOR DAS ALMAS**-----

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu-se à abertura do ano lectivo 2009/2010, reportando-se à situação de confusão instalada na Escola do 1º CEB de Senhor das Almas. Mais referiu que “a Escola foi ameaçada de encerramento e é dito por aí que haverá cobertura televisiva”, questionando o Sr. Presidente da Câmara relativamente à forma como a autarquia e o Pelouro da Educação estão a acompanhar esta situação. Disse igualmente que “este processo andou mal desde o início. Desde o início que eu acho que deveria ter havido uma postura de diálogo e de entendimento. Devia ter havido mais receptividade da Câmara Municipal para acolher os pais e dialogar com os pais. As coisas não foram feitas assim. Hoje vivemos este ambiente de tensão em início do Ano Lectivo. Relativamente às obras na Escola para a criação de uma nova sala, a questão que eu coloco é se as obras se vão fazer ou não, se vai cumprir ou não a Carta Educativa e o que é que se vai fazer para atenuar a conflitualidade e a desconfiança que está gerada na comunidade educativa de Senhor das Almas.” -----

-----O Sr. Presidente referiu que sobre questões pedagógicas não se iria pronunciar, sublinhando que o Director da Escola e a Sra. Directora Regional tomaram uma posição relativamente a esta situação que não contraria em nada aquilo que são os verdadeiros interesses das crianças. Salientou igualmente que “as decisões, quer do Sr. Director, quer da Sra. Directora Regional, não contrariam nada aquilo que são os reais interesses das crianças e que é terem as melhores condições de aprendizagem e isso está acautelado. E a Câmara fez aquilo que lhe competia. Criar um transporte, embora não sendo obrigada, para que aquelas crianças pudessem ser transportadas diariamente, do seu espaço de residência para a Escola e da Escola para o seu espaço da residência. E isto, julgo que é importante”. Disse ainda entender que “se está a tentar criar alguma tensão política no Senhor das Almas”, razão pela qual considera que “o que é mau é quando se quer transpor problemas ou situações que não ultrapassam em nada a normalidade para um plano político, querendo criar uma tensão política. E, nessas coisas, não alinho, nem nunca alinharei. E por isso, continuo a dizer que, relativamente ao Senhor das Almas, trata-se de um problema pedagógico sobre o qual, o Sr. Director da Escola e a Sra. Directora Regional já tomaram uma posição”. Referiu ainda que “a Câmara disponibilizou os meios que havia para disponibilizar para que aqueles alunos pudessem ter acesso diário à aprendizagem. Foi isso que nós fizemos!”. Mais referiu que “o Sr. Presidente da Câmara não existe para alimentar polémicas”, razão pela qual ainda ontem foi interpelado pela SIC, e não proferiu qualquer palavra sobre esta questão, por entender que não é por essa via que se resolve o que quer que seja. Disse também que, quer a sua pessoa, quer a Sra. Vereadora do Pelouro reuniram, conforme solicitado, e em tempo oportuno, com os encarregados de educação dos alunos que frequentam a Escola do 1º CEB de Senhor das Almas e bem assim com o Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo e demais membros do executivo. Deu ainda conta de que, nessa



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

mesma reunião, ficaram acordadas determinadas questões com pessoas que, à posteriori, promovem atitudes e posturas completamente opostas. Prosseguiu referindo que “se o momento não fosse o momento que é, eu estou em crer que no Senhor das Almas estava tudo calmo e dentro da normalidade”. -----

**-----1.2.4 – EXECUÇÃO DE UM “BURACO” NA CARVALHA – FREGUESIA DE PENALVA DE ALVA -----**

-----Sobre o assunto em epígrafe, o Sr. Vereador José Francisco Rolo referiu que “eu fiz um requerimento no passado dia 09 de Junho, já lá vão mais de três meses e uma semana, e não me foi feito chegar nenhuma informação. Eu insisto nesse mesmo pedido de informação, ou seja, queria conhecer o Mapa de Trabalhos, a facturação efectuada e paga. Queria conhecer ao pormenor quanto custou aquela obra que acabou por não ter qualquer função”. Prosseguiu referindo que “gastou-se ali dinheiro, eu gostava de saber, como membro deste executivo, quanto é que ali se gastou. Já percebemos que a obra não resultou, fracassou e queria saber quanto é que ali se gastou. Acho que é o mínimo que se exige”.-----

-----O Sr. Presidente referiu que “é verdade que o Senhor Vereador nunca recebeu informação escrita. Mas também não é menos verdade que já o informei por diversas vezes, aqui, em reunião de executivo, de que aquilo que estava estimado era uma movimentação de cinco mil metros cúbicos de terras, sendo que para cada metro cúbico de movimentação de terras estava previsto um custo de 3,00 € (três euros), perfazendo um total de 15.000,00 € (quinze mil euros)”, sublinhando que “com estes valores facilmente se poderá saber do custo estimado para aquela obra”. Esclareceu igualmente que só não entregou ao Senhor Vereador a referida documentação, porque solicitou aos serviços essa informação e até ao momento ainda não lhe foi entregue. Explicou ainda que “quando se pensou naquele trabalho havia dois objectivos claros. O primeiro objectivo era proporcionar o abastecimento ao ponto de água e o segundo objectivo era, se houvesse água com qualidade e em quantidade, fazer o abastecimento público de água às duas populações mais próximas e que são o Formarigo e a Moita. E objectivamente foi isto que foi pensado à data”. -----

**-----1.2.5 – FEIRA MENSAL DE DOMINGO -----**

-----O Sr. Vereador José Francisco Rolo deu conta de que ontem esteve na Feira Mensal de Domingo, chamando à atenção pelo facto de ter verificado que as Casas de Banho Masculinas se encontravam fechadas. Disse ainda desconhecer a razão pela qual se encontravam fechadas, mas entende que esta situação deve ser acautelada pelos responsáveis por aquele espaço no sentido de evitar aquilo que se foi verificando ao longo do dia, ou seja, que as pessoas saiam para o exterior à procura de uma casa de banho ou se “encostem” a determinados cantos do espaço da feira. -----

-----O Sr. Presidente referiu ser evidente que, nestas situações, se alguém fechar a porta das Casas de Banho cria de imediato um problema. Situação que, tal como referiu, poderá ser salvaguardada se o responsável por aquele espaço for verificando, com alguma periodicidade, se está tudo a funcionar dentro da normalidade. -----

-----O Sr. Vereador Paulo Rocha fez saber de que já não é a primeira vez que, em situações de entupimento das sanitas e problemas com as torneiras, é alertado pelo responsável do espaço, entrando de imediato em contacto com o piquete, que por sua vez se desloca ao local a fim de resolver os problemas existentes. Esclareceu ainda que, do que pôde perceber, alguém terá fechado a porta, propositadamente ou não, e ninguém deu conta dessa situação aos funcionários da autarquia que se encontravam no local. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**2 - ORDEM DO DIA -----**

**-----2.1- CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS - 4º RALI DE PORTUGAL HISTÓRICO**  
**- PEDIDO DE LICENCIAMENTO -----**

**D.A.G.F./Proc.69/4**

-----Solicita a emissão de parecer sobre a realização da prova denominada “4º Rali de Portugal Histórico”, a levar a efeito de 6 a 10 de Outubro do ano em curso, e que abrangerá diversas localidades do concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, dar parecer favorável.** -----

**-----2.2 - ACCÇÃO SOCIAL ESCOLAR / COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES**  
**MÁXIMAS DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA -----**

**D.A.G.F.**

-----O Sr. Presidente fez a seguinte proposta: -----

-----“Considerando que: -----

-----a) Os serviços desta autarquia, no âmbito das competências atribuídas pela Lei 159/99, de 14 de Setembro, procedem no início do ano lectivo à análise dos processos para cálculo dos auxílios económicos a atribuir aos alunos do pré-escolar e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico.-----

-----b) No ano transacto e, no que se reporta à definição dos beneficiários de apoio no âmbito da refeição, no 1º ciclo, o método para determinação do escalão de rendimento das famílias foi fixado em função do escalão definido para atribuição do abono de família;-----

-----c) Em meados deste ano, foi publicado o Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de Março o qual veio determinar, no que se refere à atribuição de apoios no âmbito das refeições, a aplicação do mesmo método aos alunos do ensino pré-escolar (o que até à data, era calculado com base no IRS);-----

-----d) No desenvolvimento destas medidas, foi publicado o Despacho nº 18987/2009 (Diário da República, 2.º Série, nº 158 de 17 de Agosto), o qual procedeu, à actualização do valor das comparticipações devidas, e estabeleceu que o preço das refeições a fornecer às crianças e aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar é 1, 46; -----

-----e) O Decreto-Lei nº 55/2009 de 2 de Março se sobrepõe, hierarquicamente, ao disposto sobre a mesma matéria, no “*Regulamento do Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-escolar da Rede Pública do Município de Oliveira do Hospital*” o qual terá que ser, obviamente revisto no que concerne a este aspecto; -----

-----f) A elaboração, à data actual, de um projecto de revisão desse Regulamento e subsequente audiência prévia não estará finalizada antes da entrada em vigor do ano lectivo; -----

-----g) A Associação Nacional dos Municípios veio através da circular 72/09 informar que: -----

▪ «*Até à alteração do actual regime de educação pré-escolar, à definição dos beneficiários de apoio no âmbito da refeição, deverão ser aplicadas as regras constantes no DL 55/2009, de 2 de Março, as quais têm como referência o escalão do abono de família.*-----

▪ *Para determinação de apoios no âmbito do complemento de horário, dever-se-á continuar a aplicar o Despacho 300/97, de 9 de Setembro.*» -----

-----**Nestes termos, em conformidade com o exposto proponho o seguinte:** -----

-----1- Que o preço das refeições a fornecer às crianças e aos alunos nos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar seja 1,46€ tal como vem definido no Anexo I ao Despacho nº18987/2009, publicado no Diário da República, 2.ª série – Nº 158 de 17 de Agosto de 2009. - -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----2.º Que, em virtude desta alteração legislativa e, por via das modificações por ela introduzidas, se a criança faltar à refeição e ao complemento de horário, no mesmo dia, essa falta releve para efeitos de redução da comparticipação mensal”. -----

-----**Analisada a mesma, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, foi ainda presente pelo Sr. Presidente a informação elaborada pela Sra. Vereadora da Educação, Maria de Fátima Antunes, e que a seguir se transcreve na íntegra:

----- “De acordo com o estipulado no artigo 8.º do Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Oliveira do Hospital, *cabe à Câmara Municipal fixar o montante de comparticipação das famílias, em regra, antes do início de cada ano lectivo. A comparticipação familiar é actualizada anualmente, de acordo com a regra de actualização prevista no Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas pela Concessão de Licenças e Prestação de Serviços pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, com arredondamento ao euro e sem prejuízo de outras actualizações definidas por deliberação municipal*”.-----

-----**Assim, para o ano lectivo 2009/10, propõe-se a actualização das comparticipações familiares máximas para os seguintes montantes:**-----

Componente	Comparticipação Familiar Máxima		
	Ano lectivo 2008/09	Actualização (Taxa inflação de Agosto 2009: - 1,3%)	Proposta Ano lectivo 2009/10
Prolongamento de Horário	31,00 €	30,60 €	<b>31,00 €</b>
Fornecimento de Lanche	8,00 €	7,90 €	<b>8,00 €</b>

----- **Analisada a mesma, a Câmara Municipal, sob proposta do Sr. Presidente, deliberou, por todos os membros presentes, manter no ano lectivo 2009/2010 os montantes das comparticipações familiares máximas fixados no ano lectivo transacto.** -----

**2.3 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:** -----

**A) AUTARQUIAS:** -----

-----**A-1) - FREGUESIA DE ALDEIA DAS DEZ**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Freguesia de Aldeia das Dez, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)**, como apoio à realização da “VIII Festa da Castanha”, a ter lugar nos dias 24 e 25 de Outubro do ano em curso.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**A-2) - FREGUESIA DE VILA POUCA DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que atribua à Freguesia de Vila Pouca da Beira, um subsídio no montante de **2.000,00 € (Dois mil euros)** como apoio à aquisição de materiais de construção a utilizar nas obras de reconstrução de um barracão. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

**B) - INSTITUIÇÕES:**-----

**B-1) - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Fabrica da Igreja Paroquial de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **4.600,00 € (Quatro mil e seiscientos euros)** como apoio à remodelação da instalação eléctrica da Igreja Paroquial de Oliveira do Hospital. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**B-2) - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE FELGUEIRA VELHA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Cultural e Recreativa de Felgueira Velha, um subsídio no montante de **1.500,00 € (Mil e quinhentos euros)** como apoio à realização de obras de melhoramento na sede daquela associação. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

**2.4 - OBRAS PARTICULARES:**-----

**2.4.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./DOC.2

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 02 e 14 de Setembro de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**2.5 - OBRAS MUNICIPAIS:**-----

**2.5.1 - EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DA CASA DOS MAGISTRADOS PARA BIBLIOTECA - PLANO DE TRABALHOS DEFINITIVO**-----

D.S.T./Procº10/460/DOC.3

-----Presente a carta remetida pela firma Joaquim Fernandes Marques & Filho, Lda., com o registo de entrada nº 8624, de 25 de Agosto do ano em curso, tendo a Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

deliberado, por todos os membros presentes, e de acordo com a informação exarada pelo Técnico Superior Assessor Principal do DST/ Divisão de Obras Públicas, aprovar o Plano de Trabalhos definitivo da empreitada acima identificada. -----

**-----2.5.2 - EMPREITADA DE RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA EM 509 - NOGUEIRA DO CRAVO / ALDEIA DE NOGUEIRA / OLIVEIRA DO HOSPITAL - ADJUDICAÇÃO-----**

D.S.T./DOC.4

-----Na sequência da deliberação camarária de 26 de Maio de 2009, e tendo terminado o prazo de Audiência Prévia, sem qualquer reclamação, a Câmara Municipal nos termos do disposto no nº 4 do artigo 148º do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos deliberou, por todos os membros presentes, e de acordo com o Relatório Final elaborado pelo Júri designado para o respectivo procedimento, adjudicar a empreitada em epígrafe à firma Isidoro Correia da Silva, Lda., pelo valor da sua proposta de 855.736,05 € (Oitocentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e trinta e seis euros e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

**-----2.6 - CENTRO DE ATL DE TRAVANCA DE LAGOS E DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - ESTABELECIMENTO DE MENSALIDADES-----**

D.A.G.F./Proc.53/28

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal a fixação das mensalidades devidas pela frequência das crianças admitidas nos Centros de ATL de Travanca de Lagos e de Oliveira do Hospital, de acordo com os mapas seguintes: -----

**Centro de ATL de Oliveira do Hospital**

**- Ano Lectivo 2009/2010 –**

	Nome	Escalão	Preço diário refeição	Comparticipação pela frequência do ATL
1.	Ana Beatriz Simões Silva	2	0,73€	15,00€
2.	André Miguel Marques Brito	1	1,46€	25,00€
3.	André Paulo Fonseca da Silva	2	0,73€	15,00€
4.	Andreia Pinto Martins – Não almoça	2	0,73€	15,00€
5.	Beatriz Isabel Moura Gonçalves	1	0,00€	10,00€
6.	Beatriz Mouzinho Figueira	1	0,00€	10,00€
7.	Beatriz Pinto Ferrão Pereira	2	0,73€	15,00€
8.	Beatriz Solange Correia da Cruz	3	1,46€	20,00€
9.	Bernardo Dias Pegado	2	0,73€	15,00€
10.	Bruno Rafael Nóbrega Figueiredo	3	1,46€	20,00€
11.	Carolina Alexandra Coito Gouveia	2	0,73€	15,00€
12.	Carolina Raquel Pereira Fonseca	3	1,46€	20,00€



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

13.	Cátia Filipa Carvalho Fonseca	3	1,46€	20,00€
14.	Cíntia Razso Carvalho	5	1,46€	25,00€
15.	Daniel Alexandre Santos Henriques	2	0,73€	15,00€
16.	Daniel Martins Rodrigues Correia Quaresma	2	0,73€	15,00€
17.	David Miguel Martins da Cruz	2	0,73€	15,00€
18.	David Pereira Lobo	4	1,46€	25,00€
19.	Diana Rafaela Marques Ferreira	2	0,73€	15,00€
20.	Diana Raquel Costa Gonçalves	3	1,46€	20,00€
21.	Diogo Manuel Pais Pestana	3	1,46€	20,00€
22.	Diogo Neves Oliveira	3	1,46€	20,00€
23.	Eduardo Luís Pereira Martins	2	0,73€	15,00€
24.	Erica Oliveira Borges	4	1,46€	25,00€
25.	Fábio Miguel Lopes Rodrigues	2	0,73€	15,00€
26.	Filipe José Costa Barata	2	0,73€	15,00€
27.	Hélder Coelho Dinis Ribeiro Marques	2	0,73€	15,00€
28.	Inês Cruz Martins	3	1,46€	20,00€
29.	Inês Filipa Costa Rodrigues	1	0,00€	10,00€
30.	Joana Cândida Santos Nunes	2	0,73€	15,00€
31.	João Pedro Lopes	1	0,00€	10,00€
32.	Juliana Maria Osório Sousa	1	0,00€	10,00€
33.	Maria João Marques Fernandes	1	0,00€	10,00€
34.	Maria Martinho Rodrigues	2	0,73€	15,00€
35.	Maria Viegas Roque	2	0,73€	15,00€
36.	Mariana Gonçalves Freixinho	1	1,46€	25,00€
37.	Mariana Lopes Dinis	2	0,73€	15,00€
38.	Marta Alexandra Nunes	1	0,00€	10,00€
39.	Marta Sofia Neto Dias	2	0,73€	15,00€
40.	Marta Sofia Urtigueira Simões	2	0,73€	15,00€
41.	Miguel Ângelo Costa Ferrão	2	0,73€	15,00€
42.	Miguel Ângelo Silva Borges	2	0,73€	15,00€
43.	Pedro Manuel Henriques Duarte	4	1,46€	25,00€
44.	Rodrigo José Portugal Carvalho	3	1,46€	20,00€
45.	Rodrigo Miguel Rodrigues Almeida	5	1,46€	25,00€
46.	Rui Pedro Antunes Oliveira	2	0,73€	15,00€
47.	Sara Filipa Nunes Madeira	3	1,46€	20,00€
48.	Tiago Miguel Abreu Silva	2	0,73€	15,00€



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

49.	Vanessa Isabel Moura Gonçalves	1	0,00€	10,00€
-----	--------------------------------	---	-------	--------

**Centro de ATL de Travanca de Lagos**

**- Ano Lectivo 2009/2010 –**

	Nome	Escalão	Preço diário refeição	Comparticipação pela frequência do ATL
50.	Ana Carolina Santos Lopes	2	0,73€	15,00€
51.	André Filipe Santos Peres	1	0,00€	10,00€
52.	David Samuel Gonçalves Fonseca	2	0,73€	15,00€
53.	Diogo Miguel Santos Peres	1	0,00€	10,00€
54.	Francisca Silva Ramos	3	1,46€	20,00€
55.	Gonçalo Moura Abreu	3	1,46€	20,00€
56.	Inês Filipa Pereira Figueiredo	3	1,46€	20,00€
57.	João Pedro Garcia Abrantes	3	1,46€	20,00€
58.	Marco Daniel Neto Pereira	3	1,46€	20,00€
59.	Miguel Ângelo Bento Correia	1	0,00€	10,00€
60.	Rafael Mendes Cerveira	4	1,46€	25,00€
61.	Rafaela Mendes Abreu	1	0,00€	10,00€
62.	Saman Mendes Lopes	1	0,00€	10,00€
63.	Sara Filipa Pereira Rodrigues	3	1,46€	20,00€

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

**-----2.7 - BEIRAINOVA - INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO - ATRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS -----**

**D.A.G.F/Procº 42/20/DOC.5**

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e de acordo com a acta da reunião da Comissão de Avaliação das Candidaturas ao BeiraInova – Inovação e Empreendedorismo, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, atribuir à empresa *LogicPulse – Technologies, Lda*, o Gabinete designado de “Sala B”, com a área de projecto de 53,15 m2, por ser a que mais se aproxima da área solicitada pelo promotor. -----

**2.8 – ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----**

**-----28.1 – ADIBER - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA BEIRA SERRA - REUNIÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO-----**

**D.A.G.F/Procº 42/20**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença na reunião do Órgão de Gestão do GAL, que teve lugar no Salão Nobre da Câmara Municipal de Arganil, no passado dia 9 do corrente mês, com a seguinte ordem de trabalhos, tendo prestado alguns esclarecimentos relativamente aos assuntos tratados e abordados na mesma: -----

- 1 – Aprovação do Regulamento Interno do Órgão de Gestão; -----
- 2 – Aprovação da Proposta de Manual de Procedimentos para o Subprograma 3 do PRODER – “Dinamização das Zonas Rurais”, elaborado pela ETL;-----
- 3 – Aprovação dos Avisos para apresentação de Pedidos de Apoio; -----
- 4 – Definição do Calendário de Divulgação do Programa; -----
- 5 – Outros assuntos de interesse para a Parceria. -----
- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----**2.8.2 – MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./Procº 42/20/DOC.6

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na actual redacção, o Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 1 e 11 de Setembro de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**2.9 – OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia o seguinte assunto: -----

-----**2.9.1 – TURISMO DO CENTRO DE PORTUGAL – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO**-----

D.A.G.F./Procº 23/9/DOC.7

-----Sob proposta do Sr. Presidente a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Paulo Rocha, Elsa Correia e Maria de Fátima Antunes, a abstenção do Sr. Vereador Albano Almeida e o voto contra do Sr. Vereador José Francisco Rolo, aprovar em minuta o Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a Turismo do Centro de Portugal, visando a criação das condições para o funcionamento do Posto de Turismo de Oliveira do Hospital, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 67/2008, de 10 de Abril.-----

-----Sobre este assunto o Sr. Vereador Albano Almeida apresentou a seguinte declaração de voto: “Toda a colaboração é apoiável e defensável. Porém, é esta uma iniciativa que considero um pouco incipiente, sem sucesso, dentro da vertente Turismo do Município, sem iniciativas palpáveis, sem visão do que deve ser o seu alcance, os meios, o valor, e a importância da promoção social e económica. É visível, entre outras, esta situação, no caso da loja feita de raiz no Senhor das Almas que comportava esta vertente e que nem sequer abriu ainda.”-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **doze horas e trinta minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 15 de Setembro de 2009-----

Presidente

\_\_\_\_\_

Vereadores

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE  
15 DE SETEMBRO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**